

Lei nº 175/PMC/89

Cacoal RO, 27 de Janeiro de 1989.

Altera a Organização Administrativa da Câmara Municipal de Cacoal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cacoal, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Artigo 1º - A Estrutura Administrativa básica da Câmara Municipal de Cacoal, compõe-se dos seguintes órgãos:

1. Órgãos de Assistência Imediata
 - 1.1- Gabinete
 - 1.2- Assessoria Jurídica
2. Órgãos de Administração Direta
 - 2.1- Diretoria Legislativa
 - 2.2- Diretoria das Comissões
 - 2.3- Diretoria Administrativa
 - 2.4- Diretoria Financeira

Art. 2º - A estrutura Administrativa de acordo com seus objetivos e finalidades, poderá ser modificada por Lei mediante a criação, transformação, suplação, fusão ou extinção dos órgãos, sempre que tal se faga necessário.

Art. 3º - Ao Gabinete Compete:

- Assessorar o Presidente no planejamento, organização, supervisão e ordenação das atividades da Câmara;
- Organizar a agenda das atividades e programas oficiais do Presidente e tomar as providências necessárias à sua observância;
- Organizar as audiências do Presidente, selecionando os pedidos e colecionando os dados para análise e decisão final dos assuntos;

- Atender ou fazer atender as pessoas que procuram o Presidente, encaminhando-as ou marcando-lhes audiência;
- Recepcionar visitantes e hóspedes oficiais do Legislativo Municipal;

Coordenar os contatos do Presidente com órgãos e autoridades;

- Abrir a correspondência oficial dirigida à Câmara, encaminhando-a ao Presidente para conhecimento e despecho;

- Preparar o expediente de caráter particular a ser assinado pelo Presidente, assim como, quando for o caso, encaminhar aos órgãos da Câmara o expediente despachado;

- Redigir a correspondência oficial da Presidência e providenciar sua datilografia, conforme minutas previamente preparadas;

- Manter arquivo de documentos e papéis que, em caráter particular, sejam endereçadas ao Presidente, bem como os relativos a assuntos pessoais ou políticos, ou os que por sua natureza, devam ser guardados de modo reservado;

- Fazer registrar o nome, endereço e telefone das autoridades e dos órgãos federais, estaduais, municipais e autarquias e outros de interesse da Câmara;

Desempenhar outras funções determinadas pelo Presidente;

§ Único - O Gabinete compõe-se dos seguintes órgãos, imediatamente subordinados ao respectivo titular:

a) Departamento de Imprensa;

b) Departamento de relações públicas

Art. 4º - A Assessoria Jurídica compete:

- Exarar pareceres ou prestar informações, sempre por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias, nos papéis ou processos que lhe forem encaminhados pela sede diretiva, comissões e órgãos da Câmara;

- Assistir as comissões no que tange à elaboração de pareceres e demais proposições sujeitas à apreciação do plenário;

- Representar a Câmara em juízo, mediante designa-

nação da mesa diretiva;

Manter arquivo próprio do qual constará, obrigatoriamente, cópias de todos os pareceres exarados e informações concedidas;

- Outras atribuições que lhe forem cometidas pela diretiva.

Art. 5º - À Diretoria Legislativa compete:

- Assessorar as reuniões da Câmara no decorrer dos trabalhos das sessões legislativas;

- Planejar, Coordenar, Orientar e dirigir o movimento de apoio aos trabalhos Legislativos;

- Encaminhar aos órgãos competentes as proposições, dando sua tramitação regular;

- Coordenar a elaboração da pauta das sessões da Câmara;

- Controlar os prazos das proposições em tramitação na Câmara;

- Elaborar relatório anual dos trabalhos legislativos;

- Encaminhar mediante ofício, aos órgãos competentes, o expediente apreciado nas sessões da Câmara;

- Manter em ordem os seus arquivos, observando suas normas técnicas;

Publicar em edital documentos que justifiquem tal medida;

- Desempenhar outras atividades determinadas pelo Presidente e pela mesa diretiva.

Art. 6º - A diretoria das comissões compete:

- Supervisionar a elaboração das atas das sessões da Câmara e das reuniões das Comissões permanentes, especiais e de inquérito, na forma do que dispõe o regimento interno da Câmara;

- Informar a diretoria legislativa o destino de qualquer documento que lhe tenha sido enviado, mediante protocolo;

- Fazer chegar às comissões permanentes os Projetos, Processos e demais papéis que para tal fim forem en-

caminhados;

- Controlar o prazo regimental concedido para elaboração dos pareceres das comissões;
- Organizar o protocolo especial de cada uma das comissões permanentes;
- Preparar os livros de presença dos senhores vereadores às sessões da Câmara;
- Manter arquivo legislativo organizado, observando as suas normas técnicas;
- Desempenhar outras atividades designadas pelo Presidente e pela mesa diretiva.

§ Único - A Diretoria das Comissões compõe-se do seguinte órgão; imediatamente subordinado ao respectivo titular:

a) Seção de Arquivo.

Art. 7º - A Diretoria Administrativa competirá:

- Assessorar a mesa diretiva na política de administração da Câmara, mais especificamente, nas áreas de pessoal, material, patrimônio, protocolo e serviços gerais;
 - Transmitir aos funcionários as deliberações da mesa diretiva com relação aos seus serviços;
 - Fazer cumprir as normas, de modo a manter em dia: inventário dos bens da Câmara, mapas de estoque e consumo e controle de fornecimento de materiais de consumo e de expediente aos vereadores e funcionários;
 - Fazer observar e/ou cumprir as normas instituídas no Decreto-Lei nº 200, de 25/02/67, e demais regulamentos relativos a licitações;
 - Fazer cumprir a aplicação de Leis e regulamentos referentes à sua área de atuação;
 - Fiscalizar e orientar os assentamentos relativos aos senhores vereadores e funcionários e visar as respectivas folhas de pagamento;
 - Promover a elaboração de todos os atos relativos a pessoal, dentro de sua área de competência;
 - Desempenhar outras atribuições designadas pelo Presidente e pela mesa diretiva.
- § Único - A diretoria Administrativa compõe-se dos seguintes órgãos,, imediatamente subordinados ao seu respectivo titular:

a) Seção de Protocolo;

b) Seção de Serviços Gerais, Material e Patrimônio;

c) Seção de Pessoal.

Art. 8º - A Diretoria Financeira Compete:

- Assessorar a mesa diretiva na política financeira da Câmara, mais especificamente nas áreas de contabilidade e execução orçamentária;

- Assinar juntamente com o Presidente da Câmara Municipal os balanços, balancetes e outros documentos de apuração contábil;

- Comunicar a mesa diretiva, com a devida antecedência, o possível esgotamento orçamentário;

- Proceder, periodicamente ou segundo instruções da mesa diretiva, a verificação dos valores contábeis e dos bens escriturados;

- Apresentar a mesa diretiva o balanço geral da Câmara no prazo regulamentar e os balanços mensais até o dia 15 do mês seguinte;

- Assessorar a mesa diretiva na elaboração da proposta orçamentária;

- Assessorar a mesa diretiva na elaboração de propostas para créditos suplementares e adicionais;

- Informar imediatamente a mesa diretiva sobre a insuficiência de dotações orçamentárias;

- Ordenar o pagamento das despesas de acordo com a disponibilidade em banco, obedecendo os esquemas elaborados e instruções superiores e institucionais;

- Controlar os repasses recebidos e, quando for o caso, comunicar a mesa diretiva o não cumprimento dessa obrigação por parte do executivo, nos termos e formas legais;

- Registrar em fichas ou livros próprios o movimento financeiro, extraiendo boletins analíticos de operações diariamente;

- Escriturar, em livro próprio ou fichas, as contas individualizadas de cada estabelecimento bancário, as retiradas e os depósitos feitos com os respectivos saldos, in-

clusivo os resultados de avisos de débito e créditos;

- Assinar, juntamente com o Presidente, todos os cheques emitidos e endossar os destinados depósitos em estabelecimentos de crédito;

- Desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente e pela mesa diretiva.

§ Único - A diretoria compõe-se do seguinte órgão, imediatamente subordinado ao respectivo titular:

a) Seção de Contabilidade.

Art. 9º - A competência dos demais órgãos de assessoramento será regulamentada por ato da mesa diretiva.

Art. 10º - Os órgãos da Câmara devem funcionar em regime de mútua colaboração, definindo-se a subordinação hierárquica através dessa Lei, obedecendo-se as competências de cada órgão.

Art. 11º - Os cargos previstos no anexo I desta Lei constituem o quadro permanente da Câmara Municipal de Cacoal-RO.

§ Primeiro - Os cargos de provimento efetivo são os constantes da Letra "A" do anexo I.

§ Segundo - Os cargos de provimento em comissão são os constantes da letra "B" do anexo I.

Art. 12º - O provimento dos cargos efetivos far-se-á sempre por nomeação, precedida de concurso público, estabelecido na forma da Lei.

Art. 13º - Os cargos de provimento em comissão serão providos mediante livre escolha do Presidente da Câmara, dentre pessoas que satisfazem os requisitos legais para a investidura no serviço público e, quando for o caso, sejam portadores de habilitação legal para o exercício do cargo.

Art. 14º - Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo são os estabelecidos na tabela de vencimentos constantes da Letra "A" do anexo II.

Art. 15º - Os vencimentos dos cargos de provimento em comissão são estabelecidos na tabela de vencimentos por símbolos constantes do anexo II, Letra B, desta Lei.

Art. 16º - As vantagens previstas nesta Lei não cegarão os servidores públicos Municipais, Estaduais ou Federais, e disposição do Município de Cacoal, enquanto exercem as funções gratificadas, independentemente do valor recebido, a título salarial.

Art. 17º - Os valores constantes para os cargos e salários previstos nesta Lei poderão ser reajustados por reajuste, aprovada pelo plenário, em percentual nunca superior ao reajuste do piso nacional de salários.

Art. 18º - As vantagens pecuniárias, decorrentes da aplicação desta Lei, retroagirão a 01 de janeiro de 1.989.

Art. 19º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cacoal RO., 27 de Janeiro de

1.989.


Divino Cardoso Campos

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CACOAL RO
PROCESSO NO. 02/89
PLS. 37
Jurimmo

ANEXO I

A - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO Nº DE CARGOS

CARGOS

Auxiliar de Serviços Gerais	8
Auxiliar Legislativo	3
Assistente Legislativo	3
Técnico de Contabilidade	3
Motorista	3

B - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO SÍMBOLO

Nº DE CARGOS CARGOS

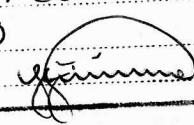
I Gabinete da Presidência		
01	Chefe de Gabinete	C.C.1
	Departamento de Imprensa	
01	Assessor de Imprensa	C.C.2
	Dept ^a de Relações Públicas	
01	Assessor de Departamento	C.C.2
II Assessoria Jurídica		
01	Assessor	C.C.1
III Diretoria Legislativa		
01	Diretor	C.C.1
IV Diretoria das Comissões		
01	Diretor	C.C.1
	Seção de Arquivo	
01	Chefe	C.C.3
V Diretoria Administrativa		
01	Diretor	C.C.1
	Seção de Protocolo	
01	Chefe	C.C.3
	Seção de Serv.Gerais	
	Material e Patrimônio	
01	Chefe	C.C.3
	Seção de Pessoal	
01	Chefe	C.C.3

VI Diretoria Financeira

01	Diretor	C.C.1
	Seção de Contabilidade	
01	Chefe	C.C.3

CAMARA MUNICIPAL DE CACOAL RO
PROCESSO NO. 02/83
PLS. 38
<i>[Signature]</i>

CAMARA MUNICIPAL DE CACAUÍ RO
 PROCESSO NO. 02/89
 FLS. 39



ANEXO I I

TABELAS DE VENCIMENTO

A - TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

<u>CARGO</u>	<u>VENCIMENTO (NCZ\$)</u>
Auxiliar de Serviços Gerais	80,00
Auxiliar Legislativo	120,00
Assistente Legislativo	150,00
Técnico de Contabilidade	150,00
Motorista	150,00

B - TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

<u>SÍMBOLO</u>	<u>VENCIMENTO (NCZ\$)</u>
C.C.1	640,00
C.C.2	250,00
C.C.3	120,00


 Divino Cardoso Campos
 Prefeito Municipal